



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Gabinete do Ministro da Fazenda  
Assessoria para Assuntos Parlamentares  
Coordenação de Demandas Parlamentares  
Esplanada dos Ministérios Bloco P, Gabinete do Ministro - 5º andar - Bairro Esplanada dos Ministérios  
CEP 70048-900 - Brasília/DF - (61) 3412-2571 - e-mail aap.df.gmf@fazenda.gov.br

Ofício SEI nº 175/2018/CODEP/AAP/GMF-MF

A Sua Excelência o Senhor  
Senador TASSO JEREISSATI  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos  
Senado Federal, Ala Alexandre Costa, sala 17-B  
Brasília - DF

Assunto: **OF. 40/2018/CAE/SF, de 29.05.2018**

**PLS. 219/2017**

Senhor Senador,

Refiro-me à correspondência acima indicada, por intermédio da qual foi remetido, para exame e manifestação, o Projeto de Lei do Senado nº 219/2017, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990"; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999", para incluir nas regras do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros.

À propósito, encaminho a Vossa Excelência, de ordem do Senhor Ministro, o Memorando nº 672/2018-RFB/Gabinete, de 66.11.2018, elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Respeitosamente,

*Documento assinado eletronicamente*

**LEIDSON RANGEL OLIVEIRA SILVA**

Assessor Especial do Ministro





Documento assinado eletronicamente por **LEIDSON RANGEL OLIVEIRA SILVA, Assessor(a) Especial**, em 03/12/2018, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1423699** e o código CRC **EF6C76E0**.

Processo nº 12100.101624/2018-31.

SEI nº 1423699





**Ministério da  
Fazenda**



**Receita Federal**

Memorando nº 672/2018 – RFB/Gabinete

Brasília, 16 de novembro de 2018.

Ao Senhor Assessor Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda

Assunto: Ofício 40/2018/CAE/SF – Pedido de informação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado – PLS 219/2017 – Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que “Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999”, para incluir nas regras do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros.

Encaminho anexa, para apreciação e demais providências, a Nota Cetad/Coest nº 170, de 14 de novembro de 2018, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria da Receita Federal do Brasil, que responde parte do Ofício em epígrafe.

Atenciosamente,

*Assinado digitalmente*

**JORGE ANTONIO DEHER RACHID**  
Secretário da Receita Federal do Brasil

Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil  
Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda, Bl. P, 7º andar, CEP 70048-900 – Brasília-DF  
[www.rfb.gov.br](http://www.rfb.gov.br)





**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado por CARLA ALMEIDA BRESCIA em 16/11/2018 16:28:00.

Documento autenticado digitalmente por CARLA ALMEIDA BRESCIA em 16/11/2018.

Documento assinado digitalmente por: JORGE ANTONIO DEHER RACHID em 16/11/2018.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIA CRISTINA MOREIRA GARCIA em 16/11/2018.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP16.1118.21511.2QBH**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:  
712635D8405779D172A54DB2E7B94C38B54AC152822096A3BFAC100906F75443**



**Ministério da  
Fazenda****Receita Federal****Nota Cetad/Coest nº 170, de 14 de novembro de 2018****Interessados:** Gabinete do Ministro da Fazenda e Senado Federal.**Assunto:** Pedido de Informação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. PLS 219/2017.*e-Dossiê nº 10030.000459/1118-56*

A presente Nota tem por objetivo responder ao item do pedido de informação da CAE do Senado referente ao PLS nº 219/2017. O pedido de informações foi encaminhado ao Ministro da Fazenda via Ofício nº 40/2018/CAE/SF, de 29 de maio de 2017 e ao Secretário da Receita Federal do Brasil pelo Memorando 10.176/AAP-GM-MF, de 05 de abril de 2018. Os documentos mencionados, juntamente com cópia do PLS 05/2017 foram protocolados no e-dossiê nº 10030.000438/0718-63 em 13/07/2018.

2. O PLS em análise altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que “Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999”, para incluir nas regras do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros revogando o inciso VI do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3. Para o cálculo, este Centro de Estudo utilizou-se de dados da Escrituração Fiscal das empresas do CNAE 49.2 – Transporte Rodoviário de Passageiros que se encontram no Lucro Real e Lucro Presumido fazendo a simulação para a migração para o Simples Nacional conforme sua Receita Bruta e Anexo III da Lei Complementar do Simples Nacional.

4. Dito isso, estimou-se o impacto fiscal decorrente de eventual aprovação do Projeto Lei do Senado 219 de 2017, indicado na tabela abaixo:

R\$ Milhões			
	2019	2020	2021
PLS 219/2017	70,09	75,14	80,47



Folha 02 da Nota Cetad/Coest nº 170, de 14 de novembro de 2018.

São estas as considerações submetidas à apreciação superior.

*Assinado digitalmente*  
RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO  
*Analista Tributário da Receita Federal do Brasil*

*Assinado digitalmente*  
ROBERTO NAME RIBEIRO  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Gabinete da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

*Assinado digitalmente*  
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Chefe do Cetad





**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado por RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO em 14/11/2018 16:35:00.

Documento autenticado digitalmente por RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO em 14/11/2018.

Documento assinado digitalmente por: ROBERTO NAME RIBEIRO em 16/11/2018, CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 16/11/2018 e RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO em 14/11/2018.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIA CRISTINA MOREIRA GARCIA em 16/11/2018.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP16.1118.21513.XWDH**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**

**65F32420E19163C9A5DC34557E3C0D267120C2FD85409ABE28D7BD1C1E7CA642**



